



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
2 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA
3 FRANCISCA, DO DIA 09 DE MAIO DE 2017.

4

5 No nono dia do mês de maio do ano dois mil e dezessete, às
6 dezenove horas, reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona
7 Francisca, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Rural
8 - SD Rural, na rodovia SC 418, Km 0,3, nº 271, Distrito de
9 Pirabeiraba, Joinville, Santa Catarina, estando presentes os
10 Conselheiros: Valério Schiochet, da SDRural; Gertrudes
11 Kanzeski, da Comfloresta; Ilse Pabst, da Apiville; Maiko
12 Richter, da Seprot-Defesa Civil; Conrado Boldt, da Associação
13 de Moradores do Quiriri; Marisa Koch, da ISARP; Romy B.
14 Dunzinger, SEPUD; Ademir Sgrott, AJM; Manoel S. Licito, da
15 Aproagua; Paulo Roberto Schulz, da Asbanville; Jorge Luis
16 Araújo de Campos, da SEPUD; Maicon Dileno de Souza, da Polícia
17 Ambiental; Marcelino Hurmus, da EPAGRI; João Paulo Freilben,
18 da Apiville e Apicampo; Sandra Paterno, da AJAq; Sérgio Luís
19 da Silva, da Secult; Gilian Rose da Silva, do Instituto
20 Ambiência; João Jorge Kolachinski, da Acipema; Indalécio
21 Sumech, da AJAAR; Débora Cristina Jung, da APROAGUA; Ingo
22 Bauer, da ONG Vida Verde; José Mário Gomes Ribeiro, do Comitê
23 de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas do Cubatão e
24 Cachoeira - CCJ; Gabriel Klein Wolfart, do SINDIPEDRAS/SC.
25 Estavam presentes também: Jonas de Medeiros, da SEMA -
26 Presidente do Conselho; José Augusto de Souza Neto, da SEMA -
27 Secretário Executivo do Conselho; Cristine H. da Costa, da
28 SEMA; Cristian Ricardo dos Santos, da CAJ; Mauro Augusto da
29 Silva, da Polícia Ambiental; Sarah Sabrina Leal Francisco, da
30 SEMA; Janaina Ramos de C. Wiebbelling, entidade não informada;
31 Claiton Breis, da SEMA; Anton Giese Anacleto, da SEMA; Letícia
32 Carolina L. Francisco, do Hospital Municipal São José; Roberto
33 Otto Koppal, da BNTR-Biosolar; Paulo Delírio Paterno, morador
34 convidado; Ana Luiza Rizzatti da Costa, da SEMA. A reunião
35 teve como pauta: 1) Abertura da reunião e aprovação da ata da
36 reunião anterior; 2) Revisão do Regimento Interno; 3)
37 Apresentação e discussão de texto para "Definição de
38 Infraestrutura e Estrutura, para efeito de aplicação do Plano
39 de Manejo da APA"; 4) Solicitação de anuência de abertura de
40 licitação para realizar limpeza dos sistemas de tratamento de
41 esgoto; 5) Assuntos gerais/palavra livre. O Presidente do
42 Conselho Gestor da APA, Sr. Jonas de Medeiros, deu início à
43 reunião às dezenove horas e dez minutos, cumprimentou e deu
44 boas vindas a todos os conselheiros, demais convidados e
45 comunidade presente e verificou a existência de quórum.
46 Seguindo a reunião, o Presidente do Conselho informou que a
47 ata da reunião anterior, assim como a ata desta reunião, serão
48 aprovadas na próxima reunião ordinária. Iniciando o segundo
49 item da pauta, o Presidente do Conselho comenta que a revisão
50 do Regimento Interno será um trabalho extenso e passa a
51 palavra para o Secretário Executivo do Conselho, Sr. José
52 Augusto de Souza Neto, que explica a necessidade de adequação
53 do regimento interno. Apresenta o Sr. Anton, Agente



54 Administrativo da SEMA, que fez a leitura da proposta do novo
55 regimento. Nesta reunião foram lidos e discutidos do 1º ao 9º
56 artigo, resultando no seguinte texto:

57

58 *NOVO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA APA SERRA DONA FRANCISCA*
59

60 Art.1º - Fica estabelecido o Regimento Interno do Conselho
61 Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona
62 Francisca, criado pelo Decreto Municipal nº 12.423/2005, em
63 conformidade com a Lei Federal nº 9.985/2000.

64

65 Art.2º O Conselho da Área de Proteção Ambiental Serra Dona
66 Francisca tem por finalidade acompanhar a elaboração, a
67 implementação e a revisão de seu plano de manejo, bem como
68 deliberar a respeito da administração da APA.

69

70 Art.3º O Conselho da APA Serra Dona Francisca tem por
71 objetivos:

72 I - Articular apoio político, institucional e financeiro
73 visando a consolidação da APA Serra Dona Francisca;

74 II - Buscar a equidade entre o desenvolvimento humano e a
75 conservação da natureza;

76 III - Fomentar ações que visem a melhoria das condições
77 socioeconômicas da população residente na APA Serra Dona
78 Francisca;

79 IV - Promover a integração institucional, coordenando ações
80 desenvolvidas nas unidades de conservação da região,
81 estimulando a participação efetiva dos diferentes setores.

82

83 Art.4º O Conselho da APA Serra Dona Francisca tem por
84 atribuições:

85 I - Analisar, discutir, propor e deliberar sobre alterações e
86 revisões do plano de manejo da APA;

87 II - Buscar a integração com as demais unidades de conservação
88 e espaços territoriais especialmente protegidos e entornos;

89 III - Buscar a solução de problemas gerados por interesses dos
90 diversos setores envolvidos, deliberando sobre possíveis
91 conflitos;

92 IV - Fomentar o processo participativo de gestão, promovendo o
93 envolvimento da população local, dos órgãos públicos
94 competentes, do terceiro setor, das instituições de ensino e
95 da iniciativa privada;

96 V - Propor prioridades na alocação dos recursos destinados à
97 implementação e gestão da APA Serra Dona Francisca, a serem
98 avaliadas pela entidade competente;

99 VI - Incentivar as atividades de pesquisa científica, o
100 monitoramento ambiental e o desenvolvimento do uso sustentável
101 dos recursos naturais;

102 VII - Tornar públicas as ações e decisões do Conselho.

103

104 Art.5º O Conselho da APA Serra Dona Francisca é composto por
105 representantes do poder público e entidades não

106 governamentais, em grau de paridade, conforme decreto
107 municipal que regulamenta a matéria.

108

109 Art.6º Cada instituição participante do Conselho da APA Serra
110 Dona Francisca delegará competência decisória aos seus
111 respectivos representantes, e indicará oficialmente dois
112 membros, sendo um titular e um suplente, ambos com mandato de
113 2 (dois) anos, nomeados por decreto, com possibilidade de
114 recondução. Parágrafo único - Os representantes nomeados,
115 titular ou suplente, de uma instituição no Conselho da APA
116 Serra Dona Francisca, não poderão acumular a representação de
117 outra instituição no mesmo Conselho.

118

119 Art.7º Perderão a condição de membro do Conselho os
120 representantes que, durante o período de seu mandato, faltarem
121 a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) reuniões
122 intercaladas, sem prévia justificativa, por escrito, à
123 Secretaria Executiva. Parágrafo único- A entidade será
124 comunicada das faltas de seus representantes antes de sua
125 exoneração,

126

127 Art.8º A substituição das entidades que compõem o Conselho da
128 APA Serra Dona Francisca, ou de seus representantes, poderá
129 ocorrer em função do término do mandato, a pedido da própria
130 entidade ou representante, ou por deliberação motivada do
131 Conselho.

132 §1º A deliberação se dará por maioria de dois terços dos
133 membros presentes do Conselho e, uma vez considerada objeto de
134 deliberação, somente poderá ser votada em outra reunião,
135 previamente marcada para este fim.

136 §2º A indicação de entidades, em substituição às eventualmente
137 excluídas, será feita pelo órgão gestor da APA, no caso de
138 entidades governamentais e, no caso de entidades não
139 governamentais, serão eleitas em fórum próprio, por processo
140 democrático de escolha, conforme edital específico.

141

142 Art. 9º Considera-se falta de decore do membro do Conselho:



143 I - Quando, no exercício do mandato, praticar atos que afetem
144 a sua dignidade, a de seus pares ou do próprio Conselho;

145 II - Usar expressões chulas em discursos, em publicações ou
146 proposições;

147 III - Praticar agressão física ou moral à qualquer pessoa ou
148 instituição do Conselho.

149

150 Esgotado o tempo deste item da pauta, o Presidente suspende a
151 discussão do regimento interno, a ser retomado na próxima
152 reunião ordinária. Seguindo para o terceiro item da pauta, o
153 Presidente passa a palavra para o Sr. Clailton Breis, Gerente
154 da Gestão Ambiental da SEMA, para apresentar a proposta dos
155 conceitos sobre "estrutura e infraestrutura" para efeito de
156 aplicação do plano de manejo da APA Dona Francisca. Passou,
157 então, a palavra para A Eng.ª Cristina, que faz a leitura do
158 texto, na íntegra, para ser discutido, conforme transcrito a



159 seguir:

160

161 *Definição Conceito de "Infraestrutura e Estrutura"*

162 *Informação Adicional: Plano de Manejo - Usos Restritos ou*

163 *Proibidos Endereço: UC APA Serra Dona Francisca*

164 *Localidade: Município de Joinville*

165 *Interessado: SEMA e Comunidade Data: 09/11/2016*

166

167 *Referente à solicitação do Conselho Gestor da APA Serra Dona*

168 *Francisca, a câmara técnica apresenta a proposta para*

169 *definição do conceito do termo "Infraestruturas e Estruturas"*

170 *para efeito de aplicação do Plano de Manejo da APA Serra Dona*

171 *Francisca (Diretrizes de Uso).*

172

173 *Considerando o disposto no art. 32, § 3º da Instrução*

174 *Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 256/2002;*

175 *Considerando o disposto no art. 2, § 6º da Lei Federal nº*

176 *6.766/1979;*

177

178 *Considerando o disposto no art. 57 da Lei Complementar nº*

179 *312/2010 (Joinville/SC).*

180

181 *Para efeitos de aplicação do Plano de Manejo da APA Serra Dona*

182 *Francisca, entende-se por infraestruturas e estruturas, dentro*

183 *dos limites do módulo rural (20.000 m²), as construções,*

184 *instalações e benfeitorias incluindo neste conceito os*

185 *prédios, depósitos, galpões, edificações unifamiliares, pátios*

186 *de manobra e estacionamentos com pavimentação e/ou cobertura,*

187 *vias de circulação com pavimentação, casas de trabalhadores,*

188 *estábulo, currais, mangueiras, aviários, pocilgas e outras*

189 *instalações para abrigo ou tratamento de animais, eletricidade*

190 *rural, sistemas de drenagem, barragens, represas, tanques de*

191 *armazenamento, ainda, as benfeitorias não relacionadas com a*

192 *atividade rural.*

193

194 *Fica assegurada a construção de obras de infraestrutura no*

195 *subsolo. Não são computados para o cálculo da taxa de*

196 *ocupação: pergolados descobertos, piscinas, beirais com até 80*

197 *cm, marquises, tanques e viveiros de piscicultura (exceto os*

198 *construídos em concreto ou material impermeável), terreiros e*

199 *similares para secagem de produtos agrícolas, guaritas de até*

200 *8 m² (oito metros quadrados). Não serão consideradas obras de*

201 *infraestruturas e estruturas, para compor a taxa de ocupação*

202 *do lote, edificações provisórias ou temporárias, sendo estas*

203 *construções transitórias não residenciais licenciadas por*

204 *tempo determinado que utilize materiais construtivos adequados*

205 *à finalidade proposta, os quais não caracterizam materiais*

206 *definitivos e são de fácil remoção. Nas propriedades rurais*

207 *será respeitada a densidade máxima de 02 (duas) habitações*

208 *unifamiliares por módulo rural (20.000 m²), sendo que não será*

209 *permitida a construção de edificações habitacionais excedentes*


210 *dentro da mesma parcela de 20.000 m² que já contenha a*

211 *densidade supracitada. Nesses casos, só será possível*


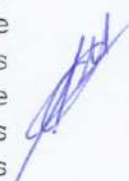
212 *autorização de construção após o desmembramento do lote, em*
213 *acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Esta prévia*
214 *autorização não implica em dispensa ao atendimento das normas*
215 *estabelecidas nas demais leis incidentes, bem como no Plano de*
216 *Manejo, ficando a obra passível de verificação e fiscalização.*

217


218 Encerrada a leitura, o Presidente abre a palavra para
219 comentários e questionamentos. Sr. Ingo Bauer pergunta se
220 estas regras estão válidas apenas para construções familiares
221 ou se alcançam também os empreendimentos comerciais que
222 parecem não contemplados. A Sra. Cristina responde que, a
223 princípio, a redação aborda as edificações residenciais que
224 são um entrave para a aprovação de projetos, mas a intenção é
225 que sejam englobadas as atividades comerciais e serviços. A
226 Sra. Gillian comenta sobre a necessidade de se distinguir a
227 drenagem das áreas edificadas e a drenagem das áreas de uso
228 agropecuária, dando como exemplo os sistemas de drenagem das
229 arrozeiras e das pastagens. O Sr. Conrado Boldt, da Associação
230 Moradorres Quiriri, comentou que as atividades de turismo
231 rural são importantes para a região, e questionou se as áreas
232 de preservação permanente - APP são consideradas para o
233 cálculo da taxa de ocupação dos imóveis, citando o caso de sua
234 propriedade que possui 60% de cobertura florestal. Comentou
235 que as famílias que moram na região precisam ter alternativas
236 de sobrevivência, devido às restrições de uso dos recursos
237 naturais. O Sr. Ingo reforça a importância da inclusão das
238 atividades econômicas desenvolvidas na APA, nos conceitos em
239 discussão. A Sra. Gillian corrobora com o Sr. Conrado,
240 destacando a importância do turismo rural na região da APA, e
241 que é necessária uma infraestrutura mínima nas propriedades
242 rurais para garantir o conforto e segurança dos visitantes e
243 dos próprios moradores. Comentou que as vias internas das
244 propriedades rurais ocupam áreas significativas, e que caso
245 sejam consideradas no cálculo da taxa de ocupação, poderia
246 restringir, de maneira desproporcional, a possibilidade de
247 edificação nas propriedades. A Eng.ª Cristina comentou que o
248 texto está em elaboração, e que deverá ser ajustado conforme
249 as discussões e propostas apresentadas. O Sr. Conrado
250 questionou sobre o limite de duas edificações para cada módulo
251 rural, ao que o Sr. Ingo respondeu que o assunto foi
252 amplamente discutido, e que a proposta visa evitar o avanço da
253 ocupação na APA, e consequente proteção ambiental. O Sr. Paulo
254 Roberto, da ASBANVILLE, comentou sobre o parcelamento do solo
255 que ocorreu na região, quando a área estava dentro do
256 perímetro urbano, o que resultou em inúmeros imóveis com área
257 reduzida e características de usos urbanos, porém regulares. A
258 Eng.ª Cristina respondeu que a proposta é a mesma, de no
259 máximo duas edificações por lote, e que o texto em discussão e
260 as propostas apresentadas deverão ser encaminhados novamente à
261 Câmara Técnica. A Sra. Gillian comentou, também, das estufas
262 de horticultura, que ocupam bastante espaço, o que poderia
263 tornar a atividade inviável em algumas propriedades. A Eng.ª
264 Cristina expôs sua opinião técnica, dizendo que se trata de



265 estrutura, mas que o assunto ainda será debatido. O Presidente
266 do Conselho lembrou que a reunião está sendo gravada, e que
267 todas as contribuições feitas pelos conselheiros serão
268 consideradas e discutidas na Câmara Técnica, que apresentará
269 uma nova minuta dos conceitos de "estrutura e infraestrutura".
270 O Conselheiro Ingo Bauer comentou, novamente, sobre a inclusão
271 das estruturas e infraestruturas das atividades de comércio e
272 serviços. O Presidente do Conselho informou que esse e outros
273 aspectos serão considerados no zoneamento da APA. O
274 Conselheiro Ingo Bauer solicitou maior participação dos
275 conselheiros, comentando que o assunto foi amplamente
276 discutido na Câmara Técnica e encaminhado à Plenária, e agora
277 retornará à referida câmara, em função de discussões
278 recorrentes, representando perda de tempo e esforço dos
279 conselheiros. Dando sequência à reunião, o Presidente passou
280 para o próximo item da pauta: "Solicitação de anuência de
281 abertura de licitação para realizar limpeza dos sistemas de
282 tratamento de esgoto". A Eng.ª Cristina fez a apresentação do
283 assunto, comentando que a SEMA vinha executando, com recursos
284 do FMMA, a limpeza periódica dos sistemas de fossa e filtro
285 instalados na APA, a montante da captação de água do Cubatão.
286 Informou que o contrato para execução desse serviço encerrou
287 no em abril deste ano, e que a demanda por esses serviços
288 continua. Em função disso a SEMA solicita ao Conselho da APA
289 anuência para realizar nova licitação e contratação do
290 referido serviço de limpeza. Comentou que, conforme a
291 legislação, a responsabilidade de tratamento dos efluentes
292 sanitários é dos geradores, os seja, dos próprios moradores e
293 proprietários rurais residentes na APA, mas que existe o
294 interesse público para a realização dos serviços, uma vez que
295 se trata de região de mananciais de abastecimento público. O
296 Sr. Valério Schiochetti comentou sobre o Programa de Incentivo
297 ao Desenvolvimento Rural Sustentável, instituído pela Lei nº
298 7.855/2014, que beneficia pequenos produtores rurais,
299 sugerindo que a ação proposta seja executada conforme as
300 diretrizes do referido programa. A Eng.ª Cristina concordou
301 com a proposta, mas que é necessária adequação da lei, de
302 forma a possibilitar a execução dos serviços em questão. O Sr.
303 Ingo Bauer comentou que faz parte da Comissão de
304 Acompanhamento do SISMMAM e que, em análise recente dos dados,
305 em conjunto com técnicos da SEMA, levantou-se preocupação
306 referente ao futuro do sistema, em função do número de ações
307 propostas e, principalmente, devido ao fato de que muitas
308 dessas ações ainda não foram iniciadas. Informou que muitas
309 das ações financiadas com recursos do FMMA são contínuas, que
310 somadas ultrapassam as receitas previstas, e que os recursos
311 disponíveis podem não ser suficientes para a realização de
312 todas as ações, sendo necessária a priorização de alguns
313 projetos. O Sr. Indalécio comentou que vem acompanhando as
314 ações desenvolvidas na APA, há aproximadamente 20 anos, e que
315 participou da discussão e execução do Programa de Saneamento
316 Rural - PROSAR, e que esse programa previa a manutenção das
317 fossas e filtros instalados na APA com recursos do FMMA. A



318 Eng.^a Cristina esclareceu que o PROSAR previa a execução da
319 primeira limpeza periódica dos sistemas e que, a partir daí, a
320 manutenção seria de responsabilidade dos respectivos moradores
321 e proprietários, mas que, apesar disso, estava sendo proposta
322 a realização de licitação e contratação de empresa para
323 continuar a execução dos serviços, com recursos do FMMA. O Sr.
324 Indalécio continuou informando que é proprietário de um imóvel
325 rural de 82.000 m², dos quais 70.000 m² estão preservados,
326 contribuindo para a proteção dos mananciais e para o
327 abastecimento público de água. Em função disso, entende que os
328 proprietários rurais residentes na APA, que contribuem para a
329 proteção dos mananciais, merecem algum retorno, citando o
330 exemplo dos serviços de limpeza das fossas/filtros da região
331 da APA. Foi corroborado o posicionamento do Sr. Indalécio,
332 comentando que os proprietários rurais da APA contribuem para
333 a manutenção da qualidade ambiental dos mananciais, garantindo
334 a "matéria prima" da Companhia Águas de Joinville, e que
335 entende justo que os recursos repassados pela CAJ ao FMMA
336 sejam aplicados na manutenção da qualidade ambiental da
337 região, inclusive na limpeza das fossas e filtros. A Sra.
338 Débora, da APROÁGUA, comentou que existem sistemas compactos
339 de tratamento de efluentes sanitários, mais eficientes que os
340 sistemas individuais, e que não demandam a manutenção
341 periódica exigidas pelas fossas/filtros. Sugeriu que seja
342 analisada a possibilidade de implantação de sistemas de coleta
343 e tratamento coletivos em algumas regiões da APA, de forma a
344 diminuir os problemas relacionados à manutenção periódica dos
345 sistemas individuais existentes. O Sr. Valério corroborou com
346 o Sr. Indalécio, esclarecendo que o Programa de Incentivo ao
347 Desenvolvimento Rural Sustentável prevê auxílios e subsídios
348 aos produtores rurais que "fazem a sua parte", desenvolvendo
349 suas atividades de forma ambientalmente sustentável,
350 protegendo os recursos naturais de suas propriedades. O Sr.
351 Manoel comentou sobre os problemas operacionais e de
352 manutenção das fossas/filtro, e que havia sido informado aos
353 moradores da APA que a limpeza dos sistemas continuaria sendo
354 custeado pelo FMMA, citando a existência de documento que
355 registra essa informação. O Sr. Sérgio da SECULT comenta sobre
356 o crescimento do turismo rural, e que muitas propriedades da
357 região estão sendo adquiridas por terceiros, para o
358 desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo rural.
359 Alertou que esses proprietários podem se sentir no direito de
360 requerer o serviço de limpeza dos sistemas de tratamento de
361 efluentes dos seus empreendimentos, subsidiados pelo FMMA, e
362 que devem ser definidos os critérios para seleção das
363 propriedades a serem beneficiadas pelos subsídios. O
364 Presidente do Conselho complementou concordando com o Sr.
365 Valério e dizendo que os incentivos e subsídios são uma
366 contrapartida destinada àqueles proprietários rurais
367 que "fazem a sua parte" na proteção ambiental da APA. A Eng.^a
368 Cristina lembra que o objetivo da discussão é solicitar ao
369 Conselho da APA a anuência para a contratação de empresa para
370 continuidade dos serviços de limpeza das fossas e filtros. O



371 Presidente do Conselho coloca em votação a referida anuência,
372 sendo aprovada por maioria dos conselheiros, com três
373 abstenções. Antes de passar à palavra livre, o Presidente do
374 Conselho apresentou a Eng.^a Ana Luiza Rizzatti da Costa,
375 Gerente da Unidade de Controle e Qualidade Ambiental; o Sr.
376 Clailton Breis, Gerente da Unidade de Gestão e Desenvolvimento
377 Ambiental, e a Sra. Sarah Sabrina Leal, Gerente da Unidade de
378 Fiscalização, setores da SEMA relacionados à gestão da APA. O
379 Presidente esclareceu sobre o trâmite dos projetos
380 desenvolvidos pela SEMA com recursos do FMMA, cujos recursos
381 são aprovados pelo COMDEMA, e destacou a importância do
382 Conselho Gestor da APA no processo. Na sequência passou a
383 palavra ao Eng.^o Cristian, da CAJ, para apresentação dos
384 resultados do monitoramento da qualidade da água e vazão dos
385 rios Cubatão e Pirai. Antes de fazer sua apresentação, o Eng.^o
386 Cristian manifestou-se sobre o tratamento dos efluentes
387 sanitários gerados pelas famílias residentes na APA,
388 comentando que existem alternativas tecnológicas para o
389 tratamento, além dos sistemas individuais tradicionais do tipo
390 fossa/filtro, e que essas tecnologias devem ser consideradas
391 no planejamento das ações de saneamento básico da área rural.
392 Passando para a apresentação propriamente dita, o Eng.^o
393 Cristian comentou que seriam apresentados os dados relativos
394 aos Índices de Qualidade da Água - IQA, dos rios Cubatão e
395 Pirai, e que os dados de vazão ainda não estão sendo gerados,
396 em função de não haver metodologia definida para cálculo das
397 vazões, a qual está sendo desenvolvida pela CAJ. Foram, então,
398 apresentados os resultados do monitoramento, que apontam para
399 a manutenção dos índices de qualidade da água dos rios Cubatão
400 e Pirai, classificados como "BOM". Destacou a importância do
401 desenvolvimento das ações de proteção dos mananciais na
402 manutenção dessa qualidade. A Sra. Marisa Koch, do Instituto
403 Rio dos Peixes, comentou sobre os eventos de educação
404 ambiental a serem realizados pelo ISARP, nos dias 04 e 05 de
405 junho, por ocasião da Semana do Meio Ambiente, e convidou a
406 todos para participar das atividades programadas. O Sr.
407 Clailton comentou sobre as atividades a serem desenvolvidas
408 pela SEMA na Semana do Meio Ambiente, dizendo que o tema
409 central a ser abordado este ano refere-se às Unidades de
410 Conservação Ambiental - Conhecer para Valorizar. Fez uma
411 rápida apresentação da programação e convidou a todos para
412 participarem das atividades. Sr. Manoel reiterou a importância
413 da agilização dos trabalhos da Câmara Técnica para dar
414 andamento às deliberações do Conselho da APA. O Sr. Ademir, da
415 AJM, fez a proposta de criação de uma APA estadual, ao que o
416 Presidente do Conselho informou que o assunto foi levado para
417 análise técnica da SEMA, para posterior encaminhamento do
418 assunto ao Gabinete do Prefeito. Adiantou que o parecer
419 técnico da SEMA é contrário à criação de unidade de
420 conservação estadual, pois acarretaria em maiores restrições e
421 dificuldades de gestão da região da APA. A Sra. Débora, da
422 APROÁGUA, comentou sobre o assunto do Vale Verde, sendo
423 informado que será incluído na pauta da próxima reunião

424 ordinária. Perguntou sobre a situação do licenciamento das
425 duas madeireiras instaladas na Rodovia Dona Francisca, sendo
426 que as informações serão apresentadas na próxima reunião. O
427 Sr. José Neto comentou que todas as sugestões de pauta,
428 solicitação de esclarecimentos ou outros assuntos podem ser
429 encaminhados por e-mail à Secretaria Executiva do Conselho, e
430 que os conselheiros que queiram participar da Câmara Técnica
431 de revisão do Plano de Manejo da APA façam sua inscrição para
432 composição da Câmara. O Sr. Ingo solicitou que seja incluída
433 na pauta uma apresentação da lei do SISMMAM aos conselheiros.
434 Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente concluiu
435 agradecendo a presença de todos e declarou encerrada a reunião
436 extraordinária às vinte e uma horas e quinze minutos, sendo
437 extraída esta Ata, a qual foi lavrada e assinada por mim, José
438 Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do Conselho e
439 assinada pelo Presidente do Conselho, após aprovação dos
440 demais Conselheiros.

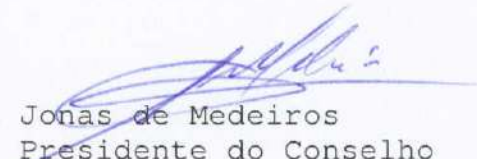
441

442

443

444

445

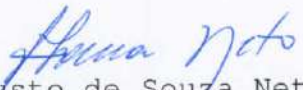
446  Jonas de Medeiros
447 Presidente do Conselho

448

449

450


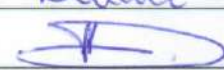
451


José Augusto de Souza Neto
Secretário Executivo

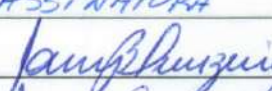
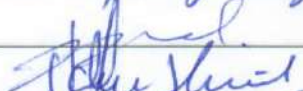
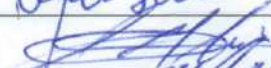



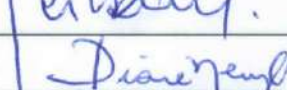
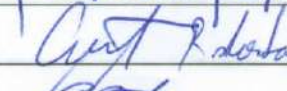


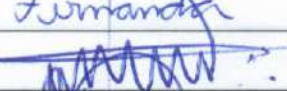

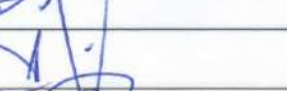
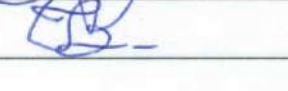



**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Área de Apoio Jurídico da SEMA.

81
 Lista de Presença da Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da
 Sema Dona Francisca, realizada no dia 09 de maio de 2017, às 19:00h
 no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDRURAL).

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
- Valério Schubert	BD Rural	[Signature]
- Anton Giese Anacleto	SEMA	[Signature]
Maico Richter	Seprot-DefenCul	[Signature]
Conrado Boldt	Ass. Mor. do Quilombo	[Signature]
Marisa Koch	Iparr	[Signature]
Romy B. Dünzinger	SEPOD	[Signature]
ADOMIN SOWTY	DTM	[Signature]
Mandel S. Licht	Apocagua	[Signature]
Maicon Dilso de Souza	PM AMBIENTAL	[Signature]
MARCEANO AUGUSTUS	EPA GR	[Signature]
- Gabriel Klein Wolfart	Sindipebras/SC	[Signature]
Rafaeline do Costa	SEMA	[Signature]
José Paulo Zickler	APIVILLE/APICAMB	[Signature]
- Indalécio Simech	AJAAR	[Signature]
- GERTRUDES KANTOXI	ACR	[Signature]
- Ana Lúcia Rizzatti de Costa	SEMA	[Signature]
- CHAILTON DREIS	SEMA	[Signature]
- José Márcio G. Libardi	CS	[Signature]
- Valéria Cefune	Apocagua	[Signature]
CRISTIAN RICARDO DOS SANTOS	CAJ	[Signature]
- João de Medeiros	SENB	[Signature]
Sandra Paterno	AJAq	[Signature]
Janaína Romos de C. Wiebelling		[Signature]
- Jofredo Otto Koppitz	BNTR-BIOSOLAR	[Signature]
- Paulo Delino Rodrigo	MORADON	[Signature]
- Paulo Roberto Schuck	AS BANVILLE	[Signature]
Sergio Luis de Souza	Secult	[Signature]
- Ilse Palst	APIVILLE	[Signature]
- INGO BAUER	VIDA VERDE	[Signature]
Patian Rose da Silva	Instituto Ambiental	[Signature]

- Marcos Augusto da Silva Policia Ambiental 
- João Jorge Kilaehinski Acipema
- Leticia Carolina B. Francisco HMSJ Leticia
- Sarah Sabrina Leal Francisco SEMA 
- JOSE AUGUSTO DE SOUZA NETO SEMA Home

Lista de Presença da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 13 de Junho de 2017, às 19:00 hr no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDRURAL).

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Romy B. Junzinger	SEUD - Ju. Plan Urbano, Des. Just.	
pranal J. dicent. Aproxima		
Valerio Philodilt	SD Rural Sec. Desenv. Rural	
Jones de Medeiros	SEMA	
Marcos Augusto da Silva	Polícia Ambiental	
Felipe Harot	SEMA	
Antônio Gisele Apuleto	SEMA	
Paulo Schopf	ASBAMVILLE	
Jose Mario G. Ribeiro	CCS	
Dione Nery C. Benvenutti	EPA GR1 - JVE	
CRISTIAN R. DOS SANTOS	CAJ	
Gabriel Huan Wolfart	Sindicato/SC	
Christina K. do Costa	SEMA	
Ana Wiro Rizatti	SEMA	
Leonanda G. Wulff Figue	SEMA	
- CLAITON BRUNO	SEMA	
Mauri Pleth Sacavem	SEMA	
BETO AMARAL	ISARP	
Jorge Luis de Araújo de Campos	SEUD	
TINGO BAUER	ONG VIDA VERDE	